

Moção: Apoio à Habitação a Estudantes Deslocados

Os encargos financeiros de habitação para estudantes deslocados têm sido constatados como progressivamente maiores e representam uma considerável margem do esforço financeiro dos estudantes deslocados e respetivos agregados familiares que frequentam o Ensino Superior¹. Esta problemática evidencia-se drasticamente nos grandes centros urbanos, devido a um acréscimo acelerado do valor das rendas suportados². Cumulativamente, tem-se observado que o rendimento disponível por parte das famílias não tem acompanhado o ritmo crescente do custo associado ao arrendamento³.

Concomitantemente, tem-se verificado uma falta de investimento nas residências dos Serviços de Ação Social, resultando no insuficiente número de vagas para responder aos estudantes que mostram necessidades. Constata-se, ainda, a ausência de planos para um verdadeiro reforço da oferta dos Serviços de Ação Social no que toca a residências, prevendo-se, assim, uma total falta de capacidade para servir, de imediato ou num futuro próximo, novos estudantes que deixarão de ser capazes de suportar uma renda a privados, caso se mantenha o paradigma.

Ainda que cerca de 35% dos estudantes do Ensino Superior, uma percentagem muito significativa, são deslocados¹, evidencia-se a ausência de programas de apoio específico à habitação por parte de estudantes, embora os mesmos tenham sido implementados para outros grupos da sociedade, nomeadamente os jovens que iniciaram a respetiva vida profissional por meio do programa Porta 65.

Por conseguinte, vêm as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas, nos dias 10 e 11 de junho de 2017, vêm por este meio:

1. Requer o desenvolvimento urgente, em parceria com os estudantes, as Instituições do Ensino Superior, as autarquias e a Tutela, de programas de apoio que permitam aos estudantes em geral não serem sobrecarregados com a despesa associada ao arrendamento, tirando partido do problema para formular uma resposta conjunta e aproveitando-a para enfrentar outros problemas das cidades, como a solidão dos idosos ou degradação de certas zonas da cidade, com a criação de respostas adaptadas às singularidades de cada cidade;
2. Exigir o aumento do investimento, por via de Orçamento de Estado, nas residências de ação social, tanto no melhoramento das existentes como na construção de novas, considerando que esta deve ser a principal aposta de futuro para a habitação de estudantes deslocados;
3. Sugerir a criação de um programa de financiamento direto aos Serviços de Ação Social que permita a sua aplicabilidade em todo o âmbito de atividade da Instituição do Ensino Superior, garantindo a adequada oferta e eficiente utilização de todos os recursos disponíveis, permitindo o alargamento dos serviços colocados à disposição dos estudantes. Este programa reforça a autonomia e a tomada de decisão fundamentada no desenvolvimento de projetos, consubstanciada no vasto conhecimento dos decisores que enfrentam esta realidade no quotidiano.
4. Reivindicar, considerando que estes custos, que em muitos casos se têm agravado por razões de evolução dos preços no arrendamento urbano, representam uma parte

significativa dos custos com a frequência do Ensino Superior, considerando que o nível de qualificação dos portugueses fica ainda muito aquém do nível desejado, da média europeia e das metas assumidas; e considerando que deve ser fiscalmente incentivada a qualificação superior dos cidadãos do nosso país:

- 4.1. A reposição da possibilidade de dedução à coleta em sede de IRS dos custos suportados com alojamento em virtude da frequência do Ensino Superior;
- 4.2. O aumento do limite de dedução à coleta de despesas de educação e formação para 1200 euros;
- 4.3. O aumento do limite do total de deduções à coleta por 400 euros por escalão.

Proponentes: Associação Académica da Universidade de Aveiro, Associação Académica da Universidade do Minho, Federação Académica de Lisboa

Enderençado a: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Associação Nacional de Municípios, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado, Ministério do Ambiente.

Referências:

1. Cerdeira, Luisa , (2017). *CESTES 2 –O Custo dos Estudantes no Ensino Superior Portugêses*. UIDEF Unidade de I&D em Educação e Formação do Instituto de Educação da U. Lisboa
2. Uniplaces, (2017). *Relatório do Mercado de Arrendamento a Estudantes 2017*
3. Pordata, (2017). *Despesas de consumo final no total do rendimento disponível das famílias: total e por tipo de bens e serviços (%) - Portugal*